

Ata da 7ª Reunião da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS e a OSCIP ELO – Inclusão e Cidadania

Data: 24-08-07

Local: SEDS

Horário: 14:30

Período avaliatório: maio a julho de 2007

Participantes: Fabiana de Lima Leite (SEDS)

Rita de Cássia Salomão (supervisora - SEDS)

Renata Anício Bernardo (SEPLAG)

Lúcio Barbosa (SEPLAG)

Kris Brettas Oliveira (ELO – Inclusão e Cidadania)

Renato Almeida de Moraes (ELO – Inclusão e Cidadania)

Na ocasião desta reunião foi discutida a necessidade de publicar uma nova resolução com os nomes dos membros da comissão, bem como do supervisor do termo. Cumpre ressaltar que ainda não havia representante do Conselho de Defesa Social designado.

Foi apontado pela supervisora que o relatório gerencial foi entregue pela OSCIP somente com 2 dias de antecedência, sendo que o ideal seria que ele fosse entregue com 8 a 10 dias de antecedência para que o supervisor pudesse verificá-lo. A representante da SEDS, Fabiana Leite afirmou que deseja criar uma sistemática melhor de monitoramento do termo, inserindo a auditoria nesse processo. Rita Salomão apontou a necessidade de a OSCIP apresentar os gastos mais detalhados, para viabilizar a análise dos mesmos e de identificar alguém na SEDS que possa analisar questões de prestação de contas.

Segundo Fabiana Leite, é preciso instrumentalizar o papel de gerência do órgão estatal parceiro, apra tanto, afirmou que está articulando junto à auditoria interna e assessoria jurídica reuniões para esclarecimento das questões atinentes ao Termo de Parceria. Ela solicitou a participação da Renata nessas reuniões e na reunião que será realizada com os diretores para esclarecimento de dúvidas e nivelamento de conhecimentos.

Rita Salomão apontou que os funcionários da ELO são inexperientes e não conhecem esse modelo de gestão da ELO. Nesse sentido, Fabiana Leite apontou a necessidade de aproximação da ELO, que terá início com a realização de uma reunião na sede da OSCIP. Kris Brettas concordou com a necessidade de maior interlocução e se comprometeu a apresentar, na ocasião dessa primeira reunião, o comparativo dos custos da ELO com a FUNDEP. Ele apontou, ainda, que todas as prestações de contas estão prontas e deverão ser auditadas por um auditoria externa, a ser escolhida pela SEDS, para verificação de contas.

Renata Anício destacou a necessidade de divulgar esse comparativo com a FUNDEP, pois a ELO não está realizando uma mera contratação, como a FUNDEP faria. A parceria da OSCIP com a SEDS extrapola a contratação, pois a ELO se propõe a ser parceira do Estado na política.

Com relação aos custos do Termo, Fabiana Leite apontou que este é oneroso para o Estado, portanto, é preciso demonstrar ao longo tempo que não houve aumento dos gastos. Renata Anício também afirmou estar preocupada com as despesas crescentes da OSCIP com sua própria estrutura (material de escritório, viagens, etc) e apontou a necessidade da SEDS fornecer diretrizes mais claras e definir parâmetros para os gastos da OSCIP. Tendo em vista que o valor do termo é alto, é preciso garantir que seus custos sejam o mais "enxuto" possível. A representante da SEPLAG ressaltou que o órgão, representado pelo supervisor, tem poder de veto e este pode incidir inclusive sobre os gastos da OSCIP.

Kris Brettas afirmou que a ELO poderia contribuir mais para o termo dentro de demandas técnicas dos núcleos, dos próprios núcleos. Nesse sentido, Fabiana Leite ressaltou a necessidade da SEDS se aproximar mais da ELO, além da necessidade de aproximação da Rita com a ELO, através de reuniões mais periódicas. Segundo ela, o relatório gerencial não deve ser uma mera formalidade, mas deve ser fruto de um acompanhamento mais rotineiro.

No que diz respeito ao acompanhamento, Renata Anício destacou que a lei nova, que trata do papel do supervisor, dispõe que é obrigação deste dar o feedback das propostas da ELO para a SEDS. DE acordo com

a representante da SEPLAG, o supervisor é responsável por verificar a real consecução das metas pactuadas e atestar a coerência e veracidade dos dados apresentados nas prestações de contas periódicas, garantindo a sua conferência e fazendo recomendações formais, tanto à OSCIP quanto aos dirigentes da SEDS sobre a execução do Termo. O supervisor deverá realizar visitas periódicas à OSCIP, além de manter contatos e intercâmbios de informação e solicitar toda e qualquer informação tida como necessária.

Foi destacado que o supervisor, na condição de responsável pelo monitoramento do Termo de Parceria, pode utilizar seu poder de **veto** nas decisões da OSCIP relacionadas ao cumprimento do objeto pactuado. Além disso, ficou estabelecido que o supervisor deverá analisar e confirmar, previamente, os dados dos Relatórios Gerenciais enviados pela OSCIP à Comissão de Avaliação, atestando-os por meio de sua assinatura.

Segundo Rita Salomão é preciso fazer uma supervisão com vínculo e analisando o aspecto qualitativo das ações empreendidas pela OSCIP. Nesse sentido, ela relatou que conversou com cada núcleo a respeito das capacitações realizadas pela ELO para apreender a satisfação dos técnicos.

Fabiana Leite destacou a necessidade dos relatórios chegarem com prazos maiores. Segundo Kris Brettas, o que dificulta a entrega do relatório é a contabilidade, devido à necessidade de fazer conciliação bancária (muitas vezes é preciso pedir microfilmagem de extrato). Ele sugeriu que fosse marcado um prazo maior para reunião, devido ao elevado volume de pagamentos.

Renata Anício propôs que o relatório seja dividido, assim a ELO encaminharia a primeira parte (referente às metas e ações) com 10 dias de antecedência para supervisor que dará o retorno e depois a segunda parte (prestação de contas e contabilidade) seria encaminhada. Dessa forma, ficaria mantido o prazo de 5 dias para entrega do relatório gerencial para Comissão. A ELO deverá numerar e rubricar todas as páginas e a supervisora deverá atestar a veracidade e a fidedignidade das informações contidas no relatório gerencial antes da emissão do parecer da comissão. Segundo Fabiana Leite, alguém da área meio da SEDS vai analisar a prestação de contas.

Segundo Kris Brettas, o principal problema do Estado é questão da confiabilidade an utilização do recurso, por isso a ELO tem todos os processos de compra listados de acordo com seu regulamento de compras. Renata Anício reafirmou que a ELO tem que observar os gastos com a própria ELO, tendo em mente a necessidade de caminhar com a mesma noção do Estado de redução de gastos. Rita Salomão apontou a questão das viagens de avião e Renata Anício apontou as ligações interurbanas, que foram limitadas na SEDS. Kris Brettas afirmou que todas as atividades são feitas de forma menos onerosa, sendo que a OSCIP conseguiu, inclusive, isenção do IR nos seus rendimentos.

No que diz respeito ao plano de saúde, Rita Salomão questionou como foi definido que este benefício foi estendido para todos os funcionários. Segundo Kris Brettas, este foi prometido pelo então Secretario Adjunto e ratificado pela superintendente. Além do plano de saúde, houve aumento de salário.

Kris Brettas afirmou que o pedido de aquisição de carro foi elaborado com o intuito de evitar viagens de avião, reduzir as despesas e facilita a participação da ELO dos núcleos. Renata Anício apontou que a demanda de compra deve ser acompanhada do levantamento de custos e do cálculo do custo-benefício da aquisição. É preciso apresentar informações detalhadas e uma justificativa completa para aquisição. Fabiana Leite solicitou um prazo para embasar a decisão de autorizar ou não a compra do carro. Renata Anício ressaltou que no caso da aquisição do veículo, será preciso inserir uma cláusula no Termo de Parceria dispondo que ao final do termo o carro será transferido para o Estado.

Renata Anício apontou a necessidade de vincular o repasse à avaliação da comissão. Fabiana Leite ressaltou que a área meio faz questão de que os repasses sejam mensais. Kris Brettas sugeriu que a cada avaliação, a comissão autorizasse os três repasses subsequentes, sugestão que foi acatada por todos os presentes.

Segundo Kris Brettas existe um saldo na conta da OSCIP que é igual ao valor da verba rescisória (passivo trabalhista) e das economias realizadas ao longo do Termo. Renata Anício, não é adequado que a OSCIP fique com grandes montantes de recursos investidos e que o saldo remanescente de cada período deveria ser descontado do valor dos repasses. Ficou acordado que no próximo Termo aditivo ficará estabelecido caso sobre dinheiro em um período avaliatório, este valor será descontado do novo repasse.

Segundo Fabiana Leite, existem 7 pessoas (supervisores) da ELO atuando na SEDS, mas estes serão transferidos o mais rápido possível para outro lugar. Os núcleos não comportam estes funcionários, portanto é preciso avaliar a viabilidade de alugar um espaço. Segundo Kris Brettas, há atualmente 15 pessoas

trabalhando na ELO e a estruturação feita no período avaliatório passado foi só para recepcionar a equipe interna que chegou. Ficou acordado que a ELO irá elaborar um levantamento dos possíveis locais e os custos envolvidos na alocação destes supervisores, devendo analisar, inclusive, a possibilidade da ELO sair do Edifício Mirafiori e alugar um espaço maior. Segundo Fabiana Leite estes supervisores trabalharão em duplas e, portanto, demandarão 6 mesas e 6 computadores.

Renato Almeida apresentou a questão da pesquisa de satisfação realizada, que obteve um resultado de 94%. Diante do resultado atingido, a ELO precisa do retorno da SEDS sobre a seguinte questão: em função da meta pactuada no termo, que é a de realização da pesquisa de satisfação em duas etapas, foi feito um contrato com a Pólis no valor de R\$22 mil. A primeira etapa foi realizada, mas diante do resultado, o incremento de 10% almejado não poderá ser atingido. A ELO propôs, então, a realização de uma pesquisa de impacto, que acarretaria um custo adicional de R\$...... e teria que ser iniciada em outubro. O entendimento da Comissão é o de que o resultado da primeira pesquisa de satisfação torna sem sentido a realização da segunda etapa, portanto, a OSCIP não precisará repeti-la. É preciso que a SEDS defina se há interesse da Secretaria em realizar a pesquisa de impacto.

Ao término dessa parte da reunião, ficaram pendentes as seguintes questões: definição da aquisição do carro, do aluguel da sala e da realização da pesquisa.

Com relação ao Relatório Gerencial apresentado, a Comissão fez as seguintes ponderações:

- Rita Salomão: dúvida em relação a quantidade de núcleos.
- Renato Almeida: as metas foram pensadas para os 28 núcleos (não foi incluído Sabará e Ibirité).
- Renata Anício: no número de dias para reposição de equipe e dias para composição da equipe é necessário colocar a média de dias gastos (na descrição pede-se a média).
- Kris Brettas: afirma que o relatório explicita quantos dias foram gastos para cada um, mas concorda que a média fica melhor.
- Rita Salomão: solicita que o plano de metas seja enviado para a supervisora.
- Renato Almeida: prontamente se compromete a enviar todos os planos de metas.
- Fabiana Leite: aponta necessidade de agendar uma reunião entre Rita e a ELO para verificar resultado das capacitações e dos planos de metas.
- Kris Brettas: o programa de trabalho está demandando muito do núcleo, é preciso alinhar calendário de atividades ano que vem. Afirmando que semana que vem haverá o repasse do plano de metas (viagens de monitoramento).
- Fabiana: necessidade de alinhar metas do Termo metas do Estruturador.
- Renata Anício: apresentou dúvida sobre equipes em atuação (porque não houve equipe nova). É preciso deixar explicação clara no relatório.
- Kris Brettas: não houve nenhuma demanda, mas justificativa não consta no relatório e será inserida. Ficou acordado que todo núcleo teria que mandar um projeto (todos receberam uma cartilha com fontes de financiamento), sendo que a entidade proponente pode ser a ELO ou outra associação escolhida pelo próprio núcleo (a pessoa de referência dessa ação era a Gláucia, que acabou de sair da ELO).
- Fabiana Leite: é preciso deixar claro quem é a interface dos projetos na ELO, para orientar melhor os núcleos.
- Renato Almeida: existe acompanhamento por meio visitas aos núcleos e um consultor que fica disponível uma vez por semana à tarde para realizar atendimentos por telefone, e-mail ou pessoalmente.
- Renata Anício: as justificativas do relatório não estão claras, é preciso aprimorar os relatórios da ELO, detalhando as justificativas, como por exemplo no percentual de pessoas capacitadas em projetos.
- Kris Brettas: 28 técnicos correspondem a 100% do técnicos, sendo que 25 técnicos foram capacitados. Ele se comprometeu a alterar o relatório, esclarecendo as informações tanto do módulo 1 quanto do módulo 2. Esclareceu, ainda, que ligou para todos técnicos que não fizeram a capacitação e fez a proposta de capacitação em outros horários, mesmo assim alguns não foram. Quem não participou em nenhuma das oportunidades, apesar de ter confirmado presença, foi advertido.
- Fabiana Leite: ressalta que as advertências podem criar resistências dos técnicos com a ELO.

- Renato Almeida: advertência nesse caso é justificada porque a meta era de 100% e, portanto, a ELO precisava garantir a capacitação de todos e porque os profissionais que se ausentaram haviam se comprometido a ir.
- Rita Salomão: solicita a alteração das páginas 26 e 28.
- Fabiana Leite: solicita o agendamento de uma reunião para detalhamento e discussão do balanço financeiro.
- Renata Anício: apresentou dúvidas com relação à prestação de contas. Apontou a necessidade da SEDS estabelecer diretrizes para a OSCIP, como no caso de passagens aéreas para o interior. As questões sobre o plano de saúde para todos e seguro de vida para todos os estagiários, foram explicadas pela ELO, respectivamente, como concessão feita aos funcionários e pagamento obrigatório. É preciso deixar claro que só tem vale-alimentação os técnicos de 8 h, algo que não está descrito.
- Fabiana Leite: solicitou a inclusão dos valores unitários (diária, lanches).
- Kris Brettas: destaca que os valores gastos estão incluídos a seleção e capacitação.
- Renata Anício: apontou despesas consideradas altas, como a hipercópias, que foi justificada pela ELO (produção de cartilhas de fontes de financiamento distribuídas aos núcleos) e de táxi, que foi justificada como locomoção para visitas aos núcleos. Destacou a necessidade de mudar a prestação de contas por atividade.
- A Comissão delibera que o próximo relatório financeiro terá as duas formas de disponibilização dos dados (por atividade e o detalhado por gastos, como já é feito). Haverá também uma planilha comparando o gasto previsto e com o realizado.
- Renata Anício: questão do pagamento dos dirigentes por RPA.
- Kris Brettas: afirmou que esta questão já foi solucionada.
- Renata Anício: questionou a assinatura de jornal, que não havia pagamento previsto para o período, que a ELO justificou: o pagamento da assinatura é anual. Afirmou que as despesas com telefone estavam altas.
- Kris Brettas: afirmou que valores vão abaixar, pois fecharam 4 linhas com Embratel e reduzirão as despesas.
- Renata Anício: 'compras de bem de pequeno valor' e 'aquisição de bens' deverão ser detalhadas.
- Kris Brettas: as compras de pequeno valor incluem a aquisição de pen-drives e os bens incluem 10 relógios de pontos e estações de trabalho. Se comprometeu a especificar as compras de pequeno valor, os relógios, táxi, hipercópias, ticketalimentação, lanches.

Ao final da reunião, a ELO se comprometeu a enviar para os membros da Comissão as alterações solicitadas no relatório, sendo que, no próximo período avaliatório, a parte gerencial do relatório será enviada com antecedência de 10 dias para a supervisora.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2007.

Fabiana de Lima Leite (SEDS) 

Rita de Cássia Salomão (SEDS) 

Renata Anício Bernardo (SEPLAG) 

Lúcio Barbosa (SEPLAG) 

Kris Brettas Oliveira (ELO – Inclusão e Cidadania) 

Renato Almeida de Moraes (ELO – Inclusão e Cidadania) 